



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

RECONSTRUINDO OS NEXOS ENTRE O EU E O NÓS: A PARTICIPAÇÃO JUVENIL COMO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

GUIMARÃES, Jamile

Mestre em Saúde Comunitária

Universidade Federal da Bahia

jamile_sguimaraes@hotmail.com

Resumo

Este estudo analisa como a experiência da participação possibilita aos jovens perceber e construir pontos de interseção entre sua individualidade e o coletivo. Foram utilizados os seguintes instrumentos: observação participante e entrevistas em profundidade. O processo participativo apresenta-se como momento de imersão significativa em seu contexto social. Nesse movimento, os jovens confrontam sentimentos negativos pela comunidade de origem, relacionados ao estigma da pobreza e da violência. A descoberta da referência do coletivo no seu ser modifica seu sentido de individualismo. A individuação é não apenas narcísica como a originada nos valores do consumo, mas amplia-se com nexos entre o eu e o nós que passam a constituir a matriz discursiva utilizada pelos jovens para organizar sua identidade. Os relatos convergem na solidariedade incorporada como valor que orienta a constituição de uma ética de responsabilidade mediante a multiplicação de conhecimentos em projetos educativos e ações coletivas em grupos juvenis articulados com a associação de moradores, escolas e centro de saúde de seus bairros. Novas relações com o social são produzidas à medida que o jovem identifica a si próprio em projetos comuns e interesses coletivos. Constituindo-se, assim, a experiência da participação em um duplo sentido: como processo de individualização e de socialização.

Abstract

This study examined how participatory experience allows young people to understand and build intersection points between their individuality and the collectivity. The following instruments were used: participative observation and in-depth interviews. The participatory process stands for a moment of significant immersion in their social context. In this movement, young people confront negative feelings related to the stigmas of poverty and violence of their communities. Within them they highlight the unveiling of a reference to collectivity, alters their sense of individualism. Individuation is not only of the narcissistic type, such as that originating from consumption values, but it is made greater by means of connections between the I and the We, which become the discourse matrix used by young people to shape their identity. The narratives converge in the solidarity incorporated as a value that guides the formation of a responsibility ethics through the multiplication of knowledge in educational projects and collective actions on youth groups connected to community associations, schools and community health centers. Such new social relationships are created as youths see themselves in common projects and collective interests. The meaning of participatory experience is twofold: both as individuation and socialization processes.

Palavras-chave: Participação; Juventude; Cidadania; Individualismo; Solidariedade

Keywords: Participation; Youth; Citizenship; Individualism; Solidarity

PAP1224

Introdução

A participação política e social de jovens tem suscitado discussões importantes sobre as novas formas de engajamento e adesão a movimentos coletivos, e de diferentes possibilidades de mobilização e ação em torno das questões da vida em comum. Muitos pesquisadores têm observado uma participação crescente de jovens em coletivos menos hierárquicos e formalizados, por rejeição a instituições como os partidos políticos, que tendem a determinar, de cima para baixo, padrões e propostas de ação, ou, que se mostram pouco sensíveis às reivindicações dos jovens (Hooghe & Dietlind, 2005; Pleyers, 2005).

Norris (2002), em seu extenso estudo sobre as tendências emergentes de participação em diversos países, conclui que as novas gerações tendem a se expressar politicamente por meio da escolha de uma variedade de “atividades ad hoc, contextuais” como os novos movimentos sociais, o ativismo pela internet e redes transnacionais de lutas. Segundo essa autora, a consciência crítica atual se distancia de uma lealdade a instituições convencionais de participação política, emergentes ao longo dos séculos XIX e XX.

Há um volume significativo de pesquisas que apontam o afastamento dos jovens da participação política, interpretando-o de modos diversos: “declínio do capital social” (Putnam, 2000), “marginalização” (Svynarenko, 2001), “geração apolítica” (Pirie & Worcester, 1998). Parece que a consolidação e a ampliação dos regimes democráticos ao longo do século XX não trouxeram, necessariamente, um impacto significativo nos níveis de participação política, especialmente a dos jovens. Mesmo que eles tenham sido beneficiados por muitos mecanismos que permitiram outros níveis e formas de organização social e política, alguns espaços acabam sendo formatados a partir de um ponto de vista adulto, e tendem a acomodar outros tantos interesses além daqueles encampados pelos jovens.

No Brasil, através da implantação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude em 2005, o governo federal passou a investir em políticas públicas voltadas para a juventude. Ancorada no reconhecimento social e na efetivação legal do jovem como sujeito de direito, em 2006 foi lançada a Política Nacional de Juvenil que definiu estratégias e diretrizes para a “formulação de políticas mais sintonizadas com as características e necessidades dos jovens, e estimular a montagem de Programas intersetoriais” visando articular as áreas da educação, trabalho, cultura, lazer e saúde (Brasil, 2006, p. 11-12).

Muitas dessas políticas nacionais têm adotado como suporte estratégico a participação ativa dos jovens nos processos de elaboração e implementação, para alcançar maior efetividade nos projetos e programas sociais. No entanto, são diversos os entraves à atuação dos jovens no espaço político. Além de um imaginário simbólico que gera preconceitos, a estrutura organizacional e a cultura política tradicional ainda vigente nos espaços institucionais dificultam a sua inserção e atuação política (Boghossian & Minayo, 2009).

Kovacheva (2005) alerta sobre a importância de discutir o próprio conceito de participação, pois já não se pode mais impor uma única definição de participação – a partir do quadro de investigação dos adultos – em relação aos jovens que estão sendo investigados. A autora argumenta que para os jovens, participar significa buscar se apropriar de lugares sociais com direitos e responsabilidades, resultando ações não apenas em relação às estruturas do Estado, mas também àquelas instituições privadas e públicas da sociedade em geral, de modo que as demandas juvenis possam ser escutadas, e os jovens possam se colocar como interlocutores reais de transformação na sociedade.

Se entendermos a participação juvenil como a conquista de um outro lugar de interlocução em relação aos grupos sociais, essa pode engendrar várias formas de ação: trabalho voluntário formal, redes informais comunitárias, ação política informal, trabalho de cuidado com a comunidade. A participação, de forma mais ampla, seria definida como “o poder baseado na possibilidade de exercer influência nos aspectos sociais e econômicos na comunidade mais ampla” (Kovacheva, 2005, p. 23).

Tendo em vista essa compreensão, os estudos sobre juventude caracterizam a participação política de acordo com os seguintes enfoques (Chisholm & Kovacheva, 2002): a) envolvimento na política institucional; b) as atividades de protesto; c) o engajamento cívico. Em relação a essa última forma de participação, tem sido

crescente o interesse dos jovens por se tornarem atores de mudanças sociais, em atividades muito diversas no nível local como o associativismo, a participação na comunidade e o trabalho voluntário.

Os jovens têm se incorporado a novas formas de luta, seja aproveitando espaços e estruturas instituídos por atores tradicionais, como o governo, seja pelo encaminhamento de novos modos de se posicionar e compreender seu lugar social, e a partir daí, seus direitos e responsabilidades. Uma diversidade de participações em áreas, como a educação, a cultura e as artes, revela a opção por não se inserir em ações convencionais de reivindicação e protesto, mas de engajamento em ações coletivas originadas da própria iniciativa dos jovens.

O presente trabalho incorpora-se a este debate, analisando como a experiência da participação possibilita aos jovens perceber e construir pontos de interseção entre sua individualidade e o coletivo a partir da vivência de novos valores no campo das relações sociais e da conscientização para a cidadania promovida no processo de problematização do eu e do mundo.

Metodologia

A pesquisa qualitativa foi realizada com jovens integrantes do Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), uma Organização Não Governamental (ONG) brasileira que tem como objetivo a formação para cidadania e a atuação na comunidade. Atualmente, trabalha com 74 adolescentes e jovens de 14 comunidades em situação de vulnerabilidade social. Divididos em um grupo de poesia e quatro grupos de teatro, em um período médio de 4 anos de participação.

A formação para o exercício da cidadania ocorre nas oficinas de artes e nos estudos teóricos em Cultura, Saúde e Educação nos encontros de produção dos espetáculos teatrais. As discussões se embasam na leitura de textos, debates com estudiosos e pesquisadores de universidades locais e elaboração de artigos sobre os temas em pauta. Têm como mote as vivências do *sujeito jovem* em sua identidade subjetiva e matrizes culturais, as questões sociais vivenciadas no cotidiano, os problemas enfrentados na família, escola e comunidade e o resgate da História social e popular da Bahia e do Brasil.

Os espetáculos e esquetes teatrais são apresentados em escolas públicas e nas comunidades dos integrantes. Seguidas por um debate com os espectadores, como momento de reflexão sobre os direitos humanos, buscando visibilizar as formas de violação para, em conjunto, pensar estratégias coletivas de ação.

De mesmo modo, os jovens são estimulados à participação política por meio da inserção em espaços de controle social e da organização de eventos para discussão de políticas públicas voltadas para juventude. Resulta não somente em ampliar seu conhecimento sobre ações, diretrizes e programas governamentais, mas, sobretudo, no exercício da voz e do poder enquanto prerrogativas básicas do direito de cidadania.

Para obtenção dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: (a) observação participante nas atividades educativas da ONG e em ações comunitárias promovidas pelos jovens entrevistados – no período de outubro de 2010 a julho de 2011. Para compreender os aspectos intersubjetivos, ideológicos e simbólicos, que estruturam as práticas pedagógicas e políticas da organização e dos próprios jovens, e (b) entrevistas em profundidade com 8 jovens entre 24 e 29 anos, para compreender as percepções e significados atribuídos à experiência da participação.

As entrevistas e o acervo de impressões e interpretações oriundas da observação participante foram analisados segundo o modelo da hermenêutica-dialética. Para Minayo (2004, p. 231), o método hermenêutico-dialético “situa a voz em seu contexto para entendê-la a partir de seu interior e do campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida”.

“Através de sua participação você se constrói como sujeito”

As experiências da participação conduzem os jovens a se interrogarem sobre o que está inadequado na convivência humana ao seu redor. Colocando-os frente às contradições de sua época e no encaixe de outros que possam ajudá-lo a responder tais questões e a agir frente a elas. A interpelação para o pertencimento à

coletividade nasce de um novo olhar para uma situação que processualmente caminhava para naturalização do arbítrio humano, e a habituar-se às desigualdades e ao mal-estar que elas causam.

Entender a si mesmo como parte de uma comunidade, de uma nação, requer uma lenta transformação subjetiva que redimensiona o sentido de lugar e de inserção do jovem. Para os participantes, a organização tornou-se referência central na resposta às perguntas “quem eu sou?” e “qual a minha origem?”, assim como outras questões que se impuseram gradualmente e que dizem respeito aos vínculos mais amplos com aqueles com quem compartilha os mesmos valores, visão de mundo e sensibilidades.

O processo de formação se inicia na identificação de questões-problemas da comunidade. Organizados em grupos por comunidade de origem, os jovens realizam um mapeamento sócio-cultural, utilizando os seguintes instrumentos: (1) pesquisa histórica através de conversas informais com moradores antigos e documentos, tais como jornais e livros antigos, e (2) observação problematizadora do cotidiano. Esta imersão objetiva “revelar suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades” (CRIA, 2010). O mapeamento fundamenta o desenvolvimento de peças teatrais, vídeos e livretos sobre a história, a identidade e a situação social do bairro.

Esse trabalho etnográfico apresenta um caráter didático e político, promovendo uma aprendizagem cultural de efeito desalienante. A observação do cotidiano é pensada como o instrumento metodológico que leva os jovens para o mundo do outro, que congrega o *exterior* espaço comunitário. Inspira-se nos princípios conceituais do método de real aproximação com a comunidade, proposto por Freire (2005), no qual o conhecimento se origina na identificação de temas geradores, do vocabulário e das situações-limite características do ambiente em análise.

Ao estranhar, questionar e elucubrar, eles constroem pontes entre o eu e o contexto. Aproximando-se, vislumbram as interseções que se transfiguram na visão de cidadania como participação coletiva. O comprometimento político nasce na abertura pessoal a estados alterados de percepção capazes de despertar a sua sensibilidade. Em lugar de uma discussão moralista, a codificação das comunidades permite ao grupo se concentrar nas causas dos problemas levantados. Desse modo, as rodas de conversa e formações temáticas servem para que a codificação transforme o que era um modo de vida em um contexto real em objeto de análise –, um contexto abstrato, teorizado. A subjetividade se une a objetividade para gerar uma percepção mais apurada da realidade, à medida que o jovem reconhece em si as marcas da cultura e do meio social.

O educador atua como mediador dos debates, questionando as declarações dos participantes. Ele estimula o pensamento crítico sobre os valores e experiências pessoais vividos na família e na escola. Discursivamente, os jovens desenvolvem uma capacidade de julgar suas próprias ações, organizando um marco avaliativo que serve para que cada um reconstrua criticamente sua história de vida. Antônio afirma que, “pensar sobre as coisas que nos afetam, é o ponto de partida para uma nova maneira de agir”. De fato, os discursos expressam a associação entre a conscientização social e a constituição como sujeito, referida por alguns como o “entendimento como ser humano”.

Frequentemente vivemos uma aproximação espontânea do mundo cuja heterogeneidade nos exige uma economia de pensamento e um agir baseado em explicações rápidas e naturalizadas (Heller, 2008). Olhamos para o mundo e repetidamente interpretamos injustiças, desigualdades, hierarquias sociais como sendo fruto da ordem natural das coisas. Muitas vezes, observamos, produzimos e reproduzimos relações sociais sem questionarmos que são fruto de uma construção histórica, que se transformaram ao longo do tempo e que podem ainda ser transformadas. Quando fazemos questionamentos sobre o porquê das coisas, relações e discursos, quando estranhemos aquilo que parece tão óbvio e natural, estamos começando um exercício de desnaturalização necessário para o pensamento e o agir críticos.

Historicizar os fatos, isto é, contextualizar na história as relações sociais, é um exercício que pode possibilitar aos sujeitos a construção de posicionamentos mais autônomos em relação às instituições e grupos. Tal posição faz com que os sujeitos se sintam menos à mercê do mundo, de um mundo determinado *a priori* e mais sujeitos a atuarem ativamente na sociedade. Saber, vivenciar e sentir que as coisas são como são porque os seres humanos construíram o mundo dessa maneira, nos faz sentir mais responsáveis pela transformação desse mesmo mundo (Elias, 1994).

Desnaturalizar e historicizar as relações sociais permitiu aos jovens reinterpretar relações de subordinação antes compreendidas como naturais e necessárias ao funcionamento da ordem social; passando a ser vivenciadas como situações de opressão. Alguns relatos exemplificam a internalização do discurso do ciclo da pobreza na justificativa das precárias condições educacionais e socioeconômicas familiares. Uma espécie de inexorabilidade do destino de pobres e negros justificaria a sua limitada capacidade para ocupar determinados cargos restritos na sociedade. Relações de dependências e hierarquia baseiam-se em positivities de posições identitárias. Conforme Laclau e Mouffe (2001), essa lógica da imutabilidade diferencial define identidades sociais, não políticas. A diferença basal entre identidade social e identidade política, se estrutura na passagem da consciência das relações de subordinação para o reconhecimento de seu caráter opressivo.

A partir de uma análise mais ampla, as várias manifestações opressivas passam a “incomodá-los”, fazendo emergir um sentimento de injustiça social, do qual advém o engajamento em ações sociais e políticas. O reconhecimento da privação e do impedimento embutidos nas relações entre *superiores* e *inferiores* demarca uma identidade política (Laclau & Mouffe, 2001). Segundo Barret (1996), a constituição do político, como um espaço não institucional, deriva do surgimento das lógicas da equivalência e da diferença. A lógica da equivalência considera os posicionamentos diferenciados entre os agentes como objeto de luta e a lógica da diferença exige equivalência desde as posições próprias dos agentes.

Passado e presente se entrelaçam instituindo a percepção do caráter histórico da inferiorização. O diálogo com o passado mostra-se essencial “para redimi-lo de suas maldades, seus pesadelos [...], dirigindo-se ao futuro de forma propositiva”, como pronunciou Benito. Este trabalho envolve associar as ideias religiosas, morais, políticas e do senso comum estabelecidas ao longo do percurso histórico, com suas opiniões e sentimentos. O passado, em forma de cultura consolidada, é retornado para analisar como e em que medida ele ilumina ou se relaciona com seus problemas, conquistas e frustrações. Move-se ao reconhecimento de como suas identidades foram guiadas e moldadas, evocando experiências guardadas no âmago do ser, que internalizadas através de um complexo processo de socialização.

Os jovens relatam que ao refletirem sobre o contraste entre suas percepções, a anterior e a emergente, puderam construir significados sociais e culturas para sentimentos individualizados –, compreendendo melhor sua realidade. A fala de Marcela sintetiza esta ideia: “muitos de nós tivemos maus sentimentos: de tristeza, pelas condições em que vivemos. No meu bairro, até hoje, o esgoto passa pela rua, [de] ressentimento, porque parece que não somos importantes, que quem mora lá não tem valor... Era duro pensar que será sempre assim... [...] Eu pensava, era como se todos os meus problemas estavam no meu bairro”. Através de seu relato e dos de seus colegas, percebe-se que compreender este lugar e as representações de estigma e de preconceito social internalizadas foram fundamentais para a sua transformação pessoal.

O protagonismo é forjado no manejo de personalidades antagônicas da história brasileira: subversivos, hegemônicos, dominados e heróis, ajudam a organizar um referencial político para a identidade desses jovens. Este modo de interação explica a estrutura de poder como espaço de afirmação da autonomia e de autodeterminação de cada um e, concomitantemente, de negociação das formas de presença do outro, intensificando a ideia de democracia como uma construção coletiva.

O exercício reflexivo propicia a elaboração de posicionamentos críticos acerca da responsabilidade do Estado, da sociedade e deles próprios enquanto atores sociais. Um novo horizonte ontológico e ideológico aponta para a responsabilidade, compromisso e engajamento na mudança social. As ações empreendidas na comunidade demarcam um campo de ação político-social que se opõe à responsabilização individual característica da cultura neoliberal (Bourdieu, 1998). Sobre este tema, Mouffe (1996) discute a nossa capacidade de pensarmos em uma ética do político, focalizando os aspectos normativos da política com os valores que podem ser realizados mediante a ação coletiva e a pertença comum a uma associação política.

Seguindo a argumentação dessa autora, a democracia se concretiza como prática social cotidiana, por meio de processos de formulação e renovação de uma cultura política fundada na participação e no compromisso com o *nós*. A criação de um discurso *nós* é expresso na identificação de uma referência externa, que no campo do político pode ser entendido como a relação nós versus eles (Mouffe, 1996). O político se forja na

tessitura desse antagonismo, que não deve ser concebido como estado, mas como uma construção identitária dos atores. Mouffe (1996) entende o conflito como uma constante constitutiva de todos os aspectos da vida social real, representando as ações de interesses individuais e os diferentes grupos buscando se impor aos demais. Desse modo, a cidadania se apresenta como sendo a forma como o indivíduo move e é movido por este contexto conflitivo.

Seguindo a longa tradição emancipatória do conceito de cidadania, Sacristán a define como “um âmbito político de caráter educativo que torna possível a educação em sua plenitude porque liberta as pessoas das travas, proporcionando o húmus estimulante para a realização de suas possibilidades” (2002, p. 149). Mais que uma formalidade ou conjunto de direitos civis, políticos e sociais que se concede ou que se conquista, a cidadania consiste em uma cultura a ser construída, estando a educação convocada a torná-la possível. A superação da antinomia entre sujeito e coletividade se dá por meio de novas identificações com objetivos coletivamente gerados (Mouffe, 1995). Essas identificações engendram-se na prática e na problematização (do significado) da cidadania. Destarte, Sacristán defende que a importância da “invenção” ou “construto” cidadania está em “definir o indivíduo como sujeito e vê-lo em relação aos demais, porque são os sujeitos determinados os que atuam como cidadãos” (2002, p.147).

A partir da ação, o jovem “desenvolve sua existência social”, como enfatizou Sofia. A vivência de uma nova forma de relacionamento com as fontes de significado e de sentido da existência humana lhes permitiu desenvolver uma nova percepção da vida. A narrativa de Leticia evidencia como a participação constitui um amalgama entre indivíduo e sujeito. Ela diz que:

Através da participação você se constrói como indivíduo, isso te aponta milhares de oportunidades, você vai se constituindo enquanto elemento que entende melhor as suas relações, o seu estar no mundo, o que você acredita, suas ideologias, o fortalecimento dessa ideologia. Mas eu acredito muito nessa participação que é uma participação junto com os demais, ela não é só.

Constrói-se um vínculo entre o pensar e o agir, redimensionando o valor de sua ação, deslocando-a do *fazer* para o *acontecer*. Essa percepção se traduz em novas visões de mundo e quadros de ação. Benito afirma que “quando a gente sabe quais são os nossos problemas, as crises que a gente vive dentro das nossas comunidades, a gente entende que isso [participar] é um direito e ao mesmo tempo é um dever na sociedade na qual a gente vive”. Os relatos dos entrevistados explicitam o desejo de transformar não só as condições físicas de sua comunidade, mas também de criar novas formas de convivência social.

“Ser um sujeito é ter postura ativa frente aos problemas que a gente enfrenta”

O enfoque no desenvolvimento de criticidade e da sensibilidade associa a prática pedagógica estudada com o conceito de cidadania proposto por Mouffe. A autora argumenta que a democracia deve transcender a esfera pública, porque “esta no sujeito”, que “deve ser um cidadão ativo, alguém que atua como um cidadão, que se concebe em um trabalho coletivo” (1992, p. 24). Esta concepção de cidadania como participação é uma resposta às limitações do liberalismo, que teria reduzido a cidadania a um estatuto jurídico.

Assim como outros autores críticos ao liberalismo, Mouffe (1996, p. 45) destaca a focalização nos direitos legais em lugar das formas coletivas de identificação e ação social: “não importando como os direitos assegurados são exercidos”. As narrativas dos jovens corroboram esta perspectiva; ao explicar o que significava a ação coletiva, Marcela sintetizou tal ideia: “me despertou pra ser uma cidadã e cidadania é muito mais do que votar a cada dois anos, é participar, fazer sua parte para melhorar a vida que vivemos todos os dias”.

Mouffe define a cidadania como “uma identidade política comum de pessoas”, “um princípio articulador, que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social [...] ao mesmo tempo em que permite uma pluralidade de compromissos e o respeito pela liberdade individual” (1996, p. 95-96). Alterando a definição de cidadão, que de receptor passivo de direitos específicos, passa a atuar pela teia de conflitos manifestos na luta pela aplicação equivalente dos princípios de liberdade e igualdade. A análise evidencia o reconhecimento das correspondências entre as exigências particulares e os interesses coletivos, transforma a

identidade em força social, mediante o desenvolvimento de um *ethos* democrático capaz de mobilizar paixões e multiplicar práticas democráticas e democratizantes.

Redefinida como prática social cotidiana, a cidadania torna-se uma das dimensões que definem o ser desses jovens. Esta nova linguagem é formada no reconhecimento e na valorização dos elementos topofílicos e identitários que os vincula ao seu ambiente. Abordando este tema, Lucas fez a seguinte explanação:

[...] a minha cidadania, digo minha porque acho que é uma construção junto com os colegas, mas o pensamento é individual... mas [...] a minha a cidadania deixou de uma coisa meio distante, vazia, porque quando você mora em um lugar que não tem nem asfalto, você não vê o 'direito do cidadão' [...] quando você participa, você sente essa cidadania.

Pode-se perceber nesse trecho como individualização e socialização constituem processos indissociáveis, à medida que o jovem identifica a si próprio no cenário da *res publica*. Os princípios que regem as relações em meio social como liberdade, igualdade e solidariedade, descolam-se do plano abstrato para materializar-se em sentimentos e atitudes.

Com o envolvimento, você transforma sua vida em uma militância integral, em tempo integral, porque você faz isso na sua casa, no ambiente de trabalho, com seus amigos. Mas é de a gente está dialogando, provocando para estimular, contribuir com algumas mudanças de posturas, de uma forma mais simples. (Antônio)

O maior aprendizado, eu acho que é se sentir responsável por tudo que acontece ao seu redor. Quer dizer quando se fala em liberdade, eu percebo que a maioria das pessoas acha que liberdade é ter o poder total no sentido de fazer o que quer sem se importar com o que os outros pensam. (Lucas)

A relação entre cidadania e subjetividade é bastante complexa. A cidadania se constitui de direitos e deveres que precisam ser praticados para se concretizar, diversificando a subjetividade à medida que origina novos horizontes de autorrealização. Os aspectos simbólicos e éticos, apoiados em fatores subjetivos, conferem um sentido de identidade e de pertencimento, ou seja, um sentido de comunidade. Desse modo, a discussão democrática se coloca na revisão crítica da subjetividade, por meio da exposição a um coletivo que não é uma identidade estática, mas sim uma possibilidade de autotransformação e amadurecimento.

A contextualização da identidade repercute na sua politização. O político se torna uma das formas possíveis de existência social à medida que a solidariedade se fortalece como valor social. A solidariedade é a força espiritual que converte a participação política em prática social. Entende-se aqui a solidariedade como postura ético-política contra as injustiças e desigualdades sociais. A solidariedade é a resposta do jovem que se posiciona e atua, porque ele se sente responsável, entende que “tem a ver” com o estado geral das coisas ao seu redor.

O “conhecimento sobre a realidade” e as habilidades sociais desenvolvidas no ambiente educacional da ONG são concebidos como uma “vantagem” que deve ser compartilhada com crianças e jovens do bairro. Sofia, que faz oficinas de teatro e música para ensinar crianças sobre seus direitos, afirma que “educar as crianças também envolve me colocar como exemplo de que existem outras opções de vida, que é possível melhorar as coisas e ser mais feliz”. Marília, que já deu aulas de teatro em um local próximo a um ponto de drogas, se sentiu “estimulada a mudar essa realidade”, a “lutar contra isso”. Ela é graduanda em teatro e tem como objetivo “educar os cidadãos, pessoas críticas”. Leticia explicou que nas apresentações dos espetáculos, eles fornecem informações sobre “os espaços de políticas públicas na cidade onde você pode e deve participar”, sobre os serviços públicos relacionados com o tema da peça e respondem perguntas sobre procedimentos legais de reivindicação da garantia desses direitos.

O sentido de nós que processualmente vai sendo concebido pelo jovem na participação, contrapõe-se ao debate contemporâneo sobre a atuação política do cidadão influenciada por “um crescente desapego em relação à vida política e sinais claros de uma perigosa erosão dos valores democráticos.” (Mouffe, 1996, p. 157). No Brasil, como em outros países capitalistas, a cultura do consumo tem conduzido a uma crescente privatização da experiência, em que o importante é a fruição de prazeres privados, como as emoções intensas relacionadas a experiências corporais e estéticas orientadas por valores como o bem-estar e a felicidade individuais, a segurança e o conforto (Arendt, 1972; Sennett, 1999).

No grupo estudado, a individuação é não apenas narcísica como a originada nos valores do consumo, mas amplia-se com nexos entre o eu e o nós que passam a nutrir a organização de uma identidade pujante em seu conteúdo político. Esta identidade se desenvolve e é continuamente reforçada na confluência de seus projetos de vida com projetos coletivos de mudança social. Fortalecendo os laços e compromissos de longo prazo, em um campo de ação político-cultural, que sugere a constituição de uma ideia de comunidade fundada em princípios ético-políticos.

A felicidade individual é construída e vivida no mundo, a partir de recursos providos pelos diversos contextos e relações sociais em que eles se inserem. Consciência e sentimento que conferem a participação social e política papel de relevo na realização de objetivos pessoais, que se atrelam às condições objetivas de vida.

Os jovens tem ciência do alcance de suas ações. Pedro foi um dos que comentou a respeito: “Claro que sabemos que não podemos transformar a sociedade desta forma, mas podemos melhorar o cotidiano”. Ao discorrer sobre as ações coletivas que já havia organizado, Lucas fez questão de ressaltar: “mas veja, eu estou falando para melhorar [a situação], porque não é um grupo de jovens que vai resolver os problemas do bairro. Transformar, de verdade, passa pela luta, pela ação, mas essa é uma questão de Estado”. Trata-se, portanto, de contribuir para mudanças na qualidade de vida da comunidade. Envolve um trabalho de multiplicação dos conhecimentos produzidos na ONG para conscientizar a vizinhança, potencializar a participação da comunidade nos espaços institucionais e promover uma melhoria qualitativa nos serviços públicos ofertados com o envolvimento da comunidade.

O reposicionamento na comunidade sucede o entendimento da participação como *fons et origo* de “mudanças significativas” em espaços “abandonados pelo Estado”. A atuação como “referência da comunidade” ultrapassa as expressões artísticas, com aulas de direitos humanos, cultura da paz e prevenção a DST/AIDS; ações coletivas com vizinhos, associações comunitárias e outras ONGs e instituições públicas (escolas e centros de saúde) que trabalham nesses bairros. Algumas dessas ações foram citadas pelos entrevistados: reivindicação pela ampliação das linhas de ônibus que servem o bairro, organização de coleta de lixo alternativa, participação em audiências públicas relacionadas às questões que afetam o bairro, exercendo *advocacy* e exigindo *accountability* de vereadores que se elegeram tendo a defesa do bairro como plataforma de gestão.

Não obstante, os jovens ressaltam os limites e os problemas enfrentados em suas iniciativas. Lucas comenta que, muitas vezes, os próprios vizinhos são “omissos, apáticos”, “não colaboram, mas criticam”. A falta de apoio aparece relacionada a um descrédito a juventude é mencionada por Benito e Marília ao relatarem a negativa para o uso do espaço da escola para a realização de feiras culturais. Em ambos os casos, foi decisiva a ideia de que os jovens “só sabem fazer bagunça”, “que não vai dá em nada”.

Assim mesmo, eles acreditam que este é um “processo lento”, porque requer uma mudança de mentalidade dessas pessoas. Ao abordar este tema, Pedro empregou uma interessante expressão para definir o trabalho de sensibilização e mobilização na comunidade: “contagiar através da beleza e da emoção da arte”, como aconteceu com eles próprios.

Considerações Finais

Nos atos de debater, compartilhar e colaborar os jovens desenvolvem uma cidadania ajustada aos mecanismos de legitimidade democrática do âmbito infra-político (Chanial, 2004). Ao inscrever a democracia na ordem da interação humana, a organização evidencia a dimensão simbólica da cidadania. No plano da experiência vivida, constrói-se o vínculo social enquanto produtor da vontade de ação. Com isso, a relação entre o bem e o justo é ressignificada a partir dos contextos concretos de ação. Provocando o desenvolvimento de novas relações com o ambiente social: a mudança na forma de perceber sua presença e atuação no mundo repercute na integração social ativa, orientada pelo ‘ser cidadão’.

A eficácia da formação para cidadania desenvolvida pela ONG está na capacidade de se constituir um espaço questionador de valores. A mudança na mentalidade dos jovens nasce como movimento cultural que vai

moldando sujeitos que se propõem a serem “referências” para ação e de ação. A participação juvenil não expressa simplesmente um padrão de significado, mas, essencialmente, uma forma de interagir e de se integrar socialmente. A transformação atitudinal advém da compreensão do que antes era ignorado ou gerava indiferença. “Hoje vejo que podemos interferir, porque este problema é nosso e eu não via como se fosse, era como uma coisa distante”, definiu Marília.

Referências

- Arendt, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Barret, M. (1996). Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In S. Zizek (Org.). *Um mapa da ideologia* (pp. 235-264). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Boghossian, C. O., & Minayo, M. C. S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 411-423.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Brasil (2006). *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert.
- Chanial, P. (2004). Todos direitos por todos e para todos: cidadania, solidariedade social e sociedade civil num mundo globalizado. In P. H. Martins & B. F. Nunes (Orgs.). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea* (pp. 58-70). Brasília: Paralelo 15.
- Chisholm, L., & Kovacheva, S. (2002). *Exploring the European youth mosaic: the social situation of young people in Europe*. Strasbourg: Council of Europe.
- Centro de Referência Integral do Adolescente (2010). *O encanto poético do CRIA e a vez do Iyá de Erê*. Recuperado em 17 setembro, 2010, de <http://blogdocria.blogspot.com/2011/08/o-encanto-poetico-do-cria-e-vez-do-iy.html>
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heller, A. (2008). *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hooghe, M., & Dietlind, S. (2005). Youth organisation and political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In J. Forbrig (Ed.). *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe* (pp. 43-52). Strasbourg: Council of Europe.
- Kovacheva, S. (2005). Will youth rejuvenate the patterns of political participation? In J. Forbrig (Ed.). *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe* (pp. 19-28). Strasbourg: Council of Europe.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Mouffe, C. (1992). *Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community*. London: Verso.
- Mouffe, C. (1995). Democratic politics and the question of identity. In J. Rajchman. *The identity in question* (pp. 33-45). New York: Routledge.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.
- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pirie, M., & Worcester, R. (1998). *The Millennial Generation*. London: Adam Smith Institute/Mori.

- Pleyers, G. (2005). Young people and alter-globalisation: from disillusionment to a new culture of political participation. In J. Forbrig (Ed.). *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe* (pp. 133-144). Strasbourg: Council of Europe.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.
- Sacristán, J. G. (2002). *Educar e Conviver na Cultura Global: as exigências da cidadania*. Porto Alegre: Artmed.
- Sennett, R. (1999). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Svynarenko, A. (2001). National, Political and Cultural Identities of Youth: tendencies in Post-soviet Ukraine. In H. Helve & C. Wallace (Eds.). *Youth, Citizenship and Empowerment* (pp. 235-254). Aldershot: Ashgate.